

UNIDADE: CAMINHO DA VITÓRIA

No grandioso comício do Campo Pequeno, 40000 PESSOAS, RESPONDENDO AO APELO DO P.C.P., afirmaram a decisão de levar avante, com a força da unidade, o processo de democratização da vida política portuguesa.

«A FORÇA DO PARTIDO ESTÁ AO SERVIÇO DA UNIDADE, NA LUTA, PELA DEMOCRACIA E PELA PAZ»—afirmou Álvaro Cunhal no comício.

(Ler nas páginas centrais o discurso integral de Álvaro Cunhal e uma reportagem do comício.)

Em defesa da democratização

A CONTECIMENTOS dos últimos dias obrigam a um exame atento da situação política a fim de discernir as perspectivas da sua próxima evolução.

Um facto inquietante é o aparecimento na cena política, cada vez com maior nitidez e em certos casos já com arrogância, de uma tendência no sentido de entrar e mesmo fazer voltar atrás o processo da democratização.

Dramatizam-se episódios secundários para apontar a liberdade como um mal. Pretendem alguns transformar a institucionalização das liberdades, não no seu reconhecimento real mas numa excessiva e perigosa restrição. E começam outros a advogar métodos repressivos, não contra os inimigos da democracia, não contra conspiradores fascistas mas contra os trabalhadores e o movimento democrático.

Urge reagir contra tais tendências e reforçar a intervenção actuante das forças unidas para a democratização da vida portuguesa.

○ saneamento, apesar do muito de positivo já realizado, marca passo em numerosos sectores do aparelho do Estado e da vida nacional.

Seria absurdo recusar que exerçam actividades responsáveis pessoas que estiveram ligadas ao antigo regime. Mas uma condição é essencial: que cooperem lealmente com a obra de democratização e que pela suas atitudes e acção ganhem a confiança do nosso povo.

Algumas nomeações para altos cargos provocam legítima perplexidade e fortes discordâncias. Se é certo que, em alguns casos, se compreendeu erradamente o saneamento como uma incorrecta «política de vasouras», em muitos outros o saneamento está por fazer e a velha máquina da ditadura fascista, continuando no seu lugar, faz emperrar a nova política de democratização.

Seria errado medir tudo pela mesma bitola e não ter em conta, em alguns casos, a necessidade de especialistas e quadros preparados, independentemente da sua ideologia. Impõe-se muita serenidade nas decisões.

Urge entretanto prosseguir o saneamento, indispensável para que, em alguns sectores, possa ser posta em prática a política actual.

E NQUANTO, em importantes sectores, se reforça a protecção a pessoas que põem em causa o 25 de Abril e os seus resultados históricos, vão tomando corpo ataques e campanhas contra forças e pessoas que lutam sincera e lealmente pela democratização da sociedade portuguesa, pelo cumprimento efectivo do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Seguindo velho método psicológico que vem do tempo da ditadura, o anticommunismo reaparece, com crescente agressividade. Recomeça a agitar-se o «perigo comunista» como forma de contestar a liberdade. Uma vez mais, o anticommunismo procura dividir as forças do progresso, servir de pretexto para pôr em causa os processos democráticos e a própria democratização.

Urge fazer decididamente frente ao anticommunismo, revelar o seu significado e objectivo, mostrar claramente que, tal como no tempo da ditadura, o anticommunismo é uma arma da reacção e do fascismo na luta contra a democracia.

○ recrudescimento nos últimos dias de provocações anticommunistas obriga a séria vigilância, não apenas por parte do PCP, mas por parte de todas as forças democráticas.

Só bandidos, provocadores e contra-revolucionários podem lançar fogo a searas. O povo luta contra os incêndios e faz caça aos incendiários. Mas, em alguns sectores, procura-se afilar a responsabilidade dos incêndios para cima dos trabalhadores e dos comunistas.

Multiplicam-se os boatos e as notícias alarmantes e alarmistas, a fim de desorientar a opinião pública.

Em alguns casos, verificam-se actos de provocação directa contra o PCP, afirmando serem do PCP (!) os provocadores anónimos que os cometem.

Nesta conjuntura, pequenos grupos pseudo-revolucionários, isolados das massas, fazem abertamente o jogo dos inimigos da democracia. Difícil é distingui-los da acção organizada da contra-revolução.

Manifestações contra o Governo Provisório e as Forças Armadas, o «juízo» de professores na Faculdade de Direito, tentativa de boicote de serviços, apelos à sublevação e à insurreição, introdução de elementos estranhos em manifestações de classe, procurando excitar os ânimos e levar a actos violentos, que forcem à intervenção da Polícia ou das Forças Armadas—são autênticas provocações.

No momento actual, a agudização dos conflitos sociais, greves precipitadas, paralisção de serviços essenciais, violências, acções incontroladas e indisciplinadas, propaganda anárquica e exaltada, contestação desagregadora, só à reacção e ao fascismo podem servir. Agentes fascistas e grupos de pseudo-revolucionários confundem-se em semelhantes atitudes e actividades.

A tolerância e a condescendência para com tais actividades têm de terminar. Tem de pôr-se decidida barreira às provocações, que são susceptíveis de criar um clima favorável à contra-revolução.

Venham directamente dos fascistas, venham dos «esquerdistas», têm de ser desmascaradas e combatidas com toda a firmeza.

É evidente que alguém fomenta e organiza na sombra a agudização dos conflitos, a criação de um clima de insegurança e de intranquilidade artificialmente soprado. Procura-se semear a ideia de que se cala numa «situação caótica» e de que é necessário «impor a ordem».

Urge que todos os que estão empenhados na democratização da vida nacional se unam firmemente em defesa do novo curso político, que constitui a própria razão de ser e o papel libertador do 25 de Abril.

O afastamento desse curso democrático seria o caminho da contra-revolução. Não restem dúvidas de que o fascismo, que foi derrubado, mas não destruído, conspira activamente.

Nada poderia servir melhor o fascismo do que a rotura do actual equilíbrio político. O Governo Provisório—governo de uma larga coligação, ligado à aplicação dum programa que apenas define princípios gerais, não dispondo de suficiente capacidade de decisão—tem sem dúvida graves contradições e insuficiências na sua actividade. Mas, na situação presente, é a reacção que está interessada em pôr em causa o Governo Provisório, com a esperança de que a sua substituição significasse a instauração duma nova ditadura.

Não há neste momento outro caminho para a democracia que não assente no apoio e na participação activa duma larga coligação de forças sociais e políticas, na aliança do movimento popular com as Forças Armadas. Pode e deve melhorar-se a operatividade deste sistema. Mas o confronto fraternal de opiniões e de acordo entre os vários partidos, correntes e sectores continua a ser indispensável para que a democratização prossiga. Qualquer fórmula de «plenos poderes» poria em imediato perigo este processo.

Somos contra uma ordem reaccionária, que signifique, como significou no passado, perseguição e repressão contra o povo e as forças democráticas. Mas somos também contra a anarquia e a indisciplina generalizada, que só ao fascismo podem aproveitar. Somos por uma ordem democrática, que garanta ao povo português o exercício das suas liberdades e o respeito pelos seus direitos.

Isto significa, em resumo, que lutamos para transformar a actual situação democrática provisória num regime democrático estável.

O reforço rápido da unidade das forças democráticas e da aliança com as Forças Armadas é indispensável para que este objectivo seja alcançado.

«O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO» —um lema para a prática

25 de Abril—eis uma nova era na vida do nosso país. A iniciativa patriótica das Forças Armadas abriu ao povo português a possibilidade nova de construir um Portugal livre, independente e democrático.

Esta possibilidade tornar-se-á efectiva se os portugueses, independentemente das suas convicções políticas e religiosas, souberem resolver correctamente os problemas que o novo curso da vida nacional lhes coloca, em particular se o souberem enfrentar unidos à volta de objectivos comuns.

O PCP sempre se bateu consistentemente pela unidade dos portugueses. Ontem, contra a ditadura fascista, hoje, pela defesa e consolidação dos direitos e liberdades alcançadas.

Os problemas capitais para a democratização do País não estão ainda resolvidos. Há um difícil caminho a percorrer. Ombro com ombro com todas as forças democráticas, afastando o que nos divide e valorizando o que nos une, asseguraremos o triunfo definitivo da Democracia em Portugal.

Valorizar o que nos une

A revolução correcta dos problemas actuais do País não pode ser obra de um grupo, de um partido ou de uma facção isolada. Ou é de

todos os que estão interessados no processo de democratização nacional em curso ou não haverá resolução correcta dos mesmos problemas.

Como afirma o documento saído da última reunião plenária do CC do PCP esse processo democrático assenta no reforço dos seus três componentes fundamentais: a unidade da classe operária, de todos os trabalhadores e das massas populares; a unidade entre os partidos e organizações democráticas e a aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

Cada um destes componentes tem as suas formas específicas mas são inseparáveis. A unidade da classe operária e das massas populares desenvolve-se na luta pela defesa dos seus interes-

ses e em conjugação estreita com as tarefas ditadas pela actual conjuntura política. Essa unidade concretiza-se igualmente na organização sindical, na criação de um forte Movimento Sindical, unido na criação de estruturas sindicais que assegurem a unidade dos trabalhadores neste importante terreno de luta.

A unidade da classe operária e das massas populares desenvolve-se ainda na luta contra os divisionistas, contra as manobras do patronato, contra o verbalismo irresponsável que serve na prática as forças da reacção.

A unidade entre os partidos e organizações democráticas reforça-se no vasto processo político que conduzirá à institucionalização das liberdades democráticas fundamentais da Democracia autêntica, à solução dos grandes problemas políticos e socioeconómicos do País, encarados numa certa perspectiva histórica.

É natural que em relação a muitos desses problemas não exista uma unanimidade de concepções e que, para muitos deles, se te-

CONT. NA PAG. 6



UMA VISITA QUE TRADUZ AS ALTERAÇÕES OPERADAS NA VIDA POLÍTICA NACIONAL

O S tempos são outros. Mudaram-se as coordenadas da vida política nacional. O agente da Polícia que afirmara num tribunal que deteria a pessoa que encontrasse a escrever na parede, Paz, na terra, aos homens de boa vontade, dificilmente consumaria os seus intentos nos dias de hoje. Nem sequer o afirmaria em público.

A paz não se transformou apenas numa consigna de luta. É um objectivo das forças políticas antifascistas. Um objectivo que mobiliza milhões de vontades, que se exprime em palavras e em actos. Une o povo português com os povos de todo o mundo. Assim o testemunha a visita de uma delegação do Conselho Mundial da Paz ao nosso país.

Essa visita concretiza as mudanças que se operaram em Portugal, no domínio político. Essas mudanças foram destacadas pelos representantes do Movimento Mundial da Paz.

Essa visita mostra também a interligação dessa situação com as aspirações dos povos do mundo inteiro à paz, ao progresso social, à cooperação entre as nações.

O povo soviético odeia a guerra—afirmou o escritor soviético Konstantin Simonov.

Nós podemos repetir essa mesma afirmação. Podem repeti-la milhões de portuguesas e portugueses que ansiavam o fim da guerra em Africa.

A visita da delegação do

Conselho Mundial da Paz marca uma nova fase nas relações internacionais do nosso povo. Fase de cooperação estreita para consolidar e alargar as conquistas dos povos e das forças pacíficas à escala do mundo.

Consciente das dificuldades,

que o povo português terá ainda de vencer, a delegação do Conselho Mundial da Paz parte porém confiante em que as forças democráticas portuguesas, o Movimento das Forças Armadas, o Governo Provisório saberão realizar os grandes objectivos que mere-

cem o apoio das forças da Paz do Mundo.

Esta declaração, feita em comunicado para a imprensa pela delegação do Conselho Mundial da Paz à sua partida, só por si nos diz do muito que significou e da importância que teve para os membros do Conselho a visita realizada ao nosso país. A nós, agora, portugueses, cabe justificar plenamente a confiança que em nós depositam milhões de partidários da Paz do mundo inteiro, milhões de homens que têm os olhos postos em nós e esperam do Portugal novo, do Portugal que está a renascer do 25 de Abril uma participação activa e decisiva a favor da PAZ.

A delegação do Conselho Mundial da Paz, que teve a agudíssima a sua chegada representantes do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, do MDP, delegados dos partidos políticos mais representativos, entre os quais do Partido Comunista Português—Octávio Pato membro do CC e Albano Nunes, da DORL, deixou já o nosso País. Ontem, partiu o escritor soviético Konstantin Simonov. A apresentar-lhe despedidas estiveram no aeroporto representantes do Conselho Português para a Paz e Cooperação, do MDP e do PCP, que se fez representar pelo camarada Joaquim Gomes e outros camaradas que ofereceram a Konstantin Simonov ramos de cravos.

SIMONOV no «AVANTE!»—Ler na pág. 8 uma entrevista com o famoso escritor soviético.

(NA PÁG. 8)

ORGANIZAR A LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS —TAREFA IMPERIOSA DOS TRABALHADORES

Temos denunciado os maneios do grande capital e de elementos capitalistas fascizantes para travar o processo da nossa democratização usando a pressão económica que a força do dinheiro ainda lhes confere. Tais círculos tentam criar e agravar conflitos sociais através do agravamento das condições de vida da classe operária e da ruína dos sectores modestos da nossa economia.

Nuns casos, realizando créditos e protelando pagamentos provocam o encerramento de muitas pequenas e médias empresas; noutros, principalmente algumas multinacionais que montaram fábricas em Portugal sob a oferta anterior dos governantes fascistas de uma mão-de-obra a baixo preço, verificam-se ameaças de encerramento das unidades e transferência para outras paragens.

Isto verifica-se, por exem-

plu, no sector das confecções e na do material eléctrico na electrónica. No caso das confecções, onde se pagava um salário mensal de 1600\$00, dizem não poderem comportar as tabelas de salários promulgadas pelo Governo a partir do mínimo de 3300\$00. Aqui, os créditos estatais recentes de 500 000 contos permitiram certa reanimação, contudo, inconsistente ainda. No material eléctrico e electrónica conhecem-se projectos de redução do pessoal, há paralisação ou recusa de aceitar encomendas, em especial nas matrizes.

Muitos destes maneios fazem parte de um global para criar um clima de confusão e insegurança no nosso País e uma tentativa de chantagem com o Governo para o levar a fazer concessões favoráveis dos grandes grupos económicos.

Apesar de, em alguns casos,

se verificarem readmissões de despedidos e a tendência é ainda para os despedimentos e o encerramento de pequenas unidades fabris que empregam milhares de operários.

Os trabalhadores afectados pelo despedimento devem lutar contra os despedimentos sem justa causa e exigir as regalias legais existentes, devem organizar-se e dirigir-se às instâncias superiores reclamando medidas apropriadas. A questão do pagamento de subsídios de desemprego é uma forma mas a luta contra os despedimentos é uma tarefa imperiosa dos trabalhadores.

Um caso ou outro pode ilustrar as diversas formas de fazer face às ameaças de encerramento das unidades. Por exemplo, na fábrica de massas Delícia, na Abóboda, os patrões, alegando não ter dinheiro, preparavam-se para retirar as máquinas. Porém,

os operários, apelando para as Forças Armadas e em colaboração com elas resolveram por de novo a fábrica em laboração.

De qualquer maneira, o estudo de cada situação particular e a adopção de formas de luta adequadas são questões que se colocam urgentemente aos trabalhadores.

No caso da Timex, cuja greve terminou pela votação secreta dos operários de uma última contraproposta da administração, também a intervenção das Forças Armadas, aceite pelos trabalhadores, se mostrou benéfica. Os salários

mais baixos passaram de 2000 para 4000 escudos e todos os outros até ao limite do congelamento de 7500 escudos tiveram aumentos de crescentes numa escala aceitável.

A participação dos sindicatos, dos delegados sindicais e das comissões de empresa em todo este processo de luta, simultaneamente contra o desemprego e por melhores salários, com a condição de um contacto estreito e organizado com os trabalhadores interessados, será um factor importante de fortalecimento das posições da classe operária no contexto actual do País.

Assalariados rurais unidos contra a reacção

OS dois meses que passaram, depois que a ditadura fascista foi derrubada, importantes passos foram dados pelo proletariado rural do Sul no caminho da sua organização e na conquista de importantes reivindicações. Um forte movimento sindical dos trabalhadores agrícolas começa a fixar as suas raízes na terra.

Em Beja os assalariados rurais de diversos concelhos constituíram as suas comissões pró-sindicato, das quais, por sua vez, nasceu uma Pró-Sindicato Distrital, com representantes dos trabalhadores democraticamente eleitos e que tem vindo a desenvolver valiosa actividade no reforço da organização dos trabalhadores rurais e na defesa dos seus interesses. Com

dois concelhos. Discutiram a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora.

Com base na convenção dos trabalhadores agrícolas de Beja, os trabalhadores de Évora apresentaram aos agrários a seguinte proposta: salários por jornadas de 8 horas, no período das colheitas (90 dias) no valor de 190\$00, os tractaristas; 160\$00 outros trabalhadores, homens e 120\$00 as mulheres; semana de 44 horas; pagamento a 50 por cento a mais das 4 horas de sábado à tarde e outras extraordinárias; pagamento a dobrar quanto ao trabalho realizado aos domingos e feriados; trabalho assegurado para todos os homens e mulheres, cabeça de casal.

Não tenhamos dúvidas, estas reivindicações só serão arrancadas aos agrários e, por parte dos trabalhadores agrícolas, houver uma grande firmeza, uma forte unidade e uma redobrada vigilância.

As condições políticas actuais mudaram muito depois do 25 de Abril. Os trabalhadores, quer dos campos quer das fábricas, conquistaram reivindicações que antes levariam meses, por vezes anos, a conquistar e encontraram-se presentemente em melhores condições para lutar e para melhorar consideravelmente as suas condições de vida e de trabalho. Tem representado no Governo Provisório o mais fiel defensor dos seus interesses — o PCP. Isto, porém, não deve levar os trabalhadores a esquecerem-se do seguinte: as forças reaccionárias continuam a ter nos campos fortes bases. E os grandes latifundiários são, precisamente, um dos principais pontos de apoio da reacção.

Isso é mostrado à evidência por factos recentes. Agrários de Beja, que assinaram a convenção de trabalho para as colheitas, estão agora a roer a corda, recusando-se a cumprir o que ainda há duas semanas atrás se comprometeram a respeitar. Outros há que espalham aos sete ventos os boatos mais provocatórios e alarmistas e põem a correr toda a série de calúnias anticomunistas. «É preciso cortar o passo a estes comunistas e tomar medidas energéticas!» — berriam uns. «Os comunistas estão a deitar fogo às searas!» — gritam outros, «popléticos, procurando, conscientemente, criar um clima de histeria anticomunista que sirva à maravilha os intuídos da reacção e do fascismo, escondidos na sombra até aqui, deitando as unhas de fora nos últimos tempos. Alguns agrários de Beja chegaram até ao ponto de fazer apelo ao Governo e a instâncias superiores das Forças Armadas, denunciando destacados democratas e activistas do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Isto, quando o autor confesso de um desses incêndios diz que foi o patrão que o mandou deitar fogo à própria seara.

Juntemos a isto, a criminosa atitude de certos agrários de Évora que se recusaram a dar trabalho, não arrancando a cortiça das árvores despidendo os trabalhadores, ameaçando-os com a prisão, saboteando a economia nacional.

Denunciar com firmeza mas serenidade todas estas manobras provocatórias e reaccionárias, reforçar a vigilância, prosseguir sempre unidos e dar novos passos para a criação dum movimento sindical forte e bem enraizado — é o caminho justo que se apresenta aos trabalhadores agrícolas. Tanto para resolver os seus problemas mais urgentes, como para dar a sua contribuição ao processo de democratização em que estão empenhadas as forças progressivas do nosso país.

Os pescadores criam e estruturam o seu sindicato

MAIS rapidamente do que poderia supor-se, a classe piscatória acaba de criar o seu sindicato e eleger uma direcção de quatro elementos, representativos de cada um dos principais ramos das pescas: artesanal, sardinha, arrasto e outras artes.

Os trabalhos decorreram nas instalações da Docapesca em Pedrouços, com a participação de delegados das antigas Casas dos Pescadores, todas já com novas direcções livremente eleitas pelos pescadores, incluindo os arquipélagos da Madeira e Açores.

A reunião começou no sábado passado e para além da elaboração da ordem de trabalhos foram logo discutidos alguns aspectos organizativos do Sindicato, tendo-se procedido à eleição de dois

tosinhos) e 1 representante da pesca diversa (Secção de Aveiro).

Reconhecida a necessidade de que os eleitos terão de desenvolver o seu trabalho em Lisboa de forma efectiva, ficou ainda encarregada dos trabalhos em curso — elaboração do estatuto, sede, etc. — a Comissão Provisória para a formação do Sindicato, para quem foi dado com aplauso um voto de confiança.

Os trabalhos foram dirigidos pelo comandante Costa Santos, designado pelo Governo para a presidência da Comissão Administrativa da Junta Central das Casas dos Pescadores.

C. T. T.: a Pró-Sindicato não tem mandato de 35 mil trabalhadores

NO último número do «Avante!» referíamos-se incidências políticas da greve dos CTT no contexto da situação actual. Demonstrámos aí que a greve tinha um objectivo político determinado. E que, partindo das premissas justas de uma necessária revisão das condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores dos CTT, mais de uma vez abordadas pela Imprensa do PCP, a Comissão Pró-Sindicato, de que haviam saído a maior parte dos elementos para ela designados e depois singularmente engrossada por métodos anormais e para objectivos pouco claros, impôs uma greve sem que os trabalhadores dos CTT tivessem podido debater amplamente a sua situação e os caminhos mais justos para a resolver; uma greve desencadeada, apesar de o (Governo Provisório ter decidido intervir directamente para o resumo das negociações entre o pessoal dos CTT e o conselho de gerência.

O desencadeamento desta acção frontal contra o Governo Provisório que nada justificava não pode deixar de integrar-se em toda uma campanha reaccionária em várias frentes que visa desorganizar a vida do país e paralisar os centros nervosos da economia nacional como forma de provocar o desencantamento popular, atirar os trabalhadores contra as forças armadas e

o Governo Provisório, visando assim o derrubamento do regime instaurado pelo 25 de Abril.

UMA ESTAFADA ANTICOMUNISMO

Visa-se ainda, no caso particular dos organizadores da greve dos CTT, um outro objectivo afirmado sem rodeios, por elementos responsáveis, a um dos órgãos de informação da capital: o ataque aos comunistas, ao PCP, que participa com todas as suas forças no processo de democratização nacional em curso e é dele um dos componentes mais dinâmicos.

Não se pode concluir outra coisa, quando se diz que «mais importante que a vitória das reivindicações (pelos vistos de interesse menor para os dirigentes da greve) era subtrair 35 000 trabalhadores dos CTT à influência do PCP».

A tectia do anticomunismo continua a ser batida apesar de muito estafada. Num comunicado da Pró-Sindicato, quando se refere o nosso partido diz-se: «do chamado «PCP» — uma linguagem já conhecida dos comunistas quando a PIDE/DGS os enviava aos tribunais fascistas nas suas «notas de culpa».

Compreendemos que uma tal terminologia não repugne

a certas pessoas. O que contestamos é que uma grande parte dos dirigentes da greve possa, com genuidade, falar em nome dos 35 000 trabalhadores dos CTT.

UMA REPRESENTATIVIDADE GENUÍNA?

Talvez seja interessante abordar esta questão de representatividade dos dirigentes da greve dos CTT. Em primeiro lugar, em nome de 35 000 trabalhadores dos CTT não será muito? É que cerca de 30 por cento são do ramo das telecomunicações que, como se sabe, não participaram na greve; em segundo lugar, como se sabe também, dos 22 098 trabalhadores abrangidos pela tabela de salários e ordenados ainda em vigor, nos limites compreendidos até ao do congelamento decretado pelo Governo Provisório, cerca de 70 por cento situam-se nos escalões até 5820 escudos. Ora 17 dos 21 membros da Comissão Pró-Sindicato auferem vencimentos superiores a este escalão e 10 deles vencem mesmo remunerações superiores aos 7070 escudos.

Com efeito, estão nestas condições, o engenheiro Manuel Lourinho com 15 130 escudos mensais, o técnico Fernando Carvalho Pereira, com 13 300\$00 escudos, o dr. Guilherme Silva Pereira com 11 220 escudos, o engenheiro Pinto de Carvalho com 10 520 escudos, o técnico Rogério Santos Serra com 9 840 escudos, o sr. Libertário Lopes Louro com 9 970 escudos, os srs. Leal Fernandes, Luís Calado Nogueira e Gil Pinto Nogueira, todos com 7 860 escudos e o sr. Rosa Gonçalves com 7 630 escudos.

Nada temos, como é óbvio, contra o nível destas remunerações, o que nos perguntamos é se este facto não explicará porquê, os que se dizem representantes dos trabalhadores dos CTT, se recusam a aceitar os aumentos atribuídos por intermédio do Governo Provisório, que implicam um montante de 400 000 contos, e trariam melhorias não desprezíveis aos milhares de trabalhadores dos escalões mais baixos, embora não trouxessem, de facto, nada a 10 dos 21 componentes da Pró-Sindicato. Claro que as questões de representatividade dos trabalhadores são deles próprios e neste caso dos trabalhadores dos CTT.

E, se há na empresa questões de «saneamento», é também aos mesmos trabalhadores que compete analisar o passado dos elementos suspetos e tirar daí as suas conclusões.

Os trabalhadores de Escoural denunciam os despedimentos

Trabalhadores de Escoural, reunidos no seu Sindicato, aprovaram uma moção dirigida ao Ministério da Coordenação Económica, na qual dizem:

«Os grandes agrários estão fazendo despedimentos em massa pelo Alentejo fora. Nesta altura há na nossa terra mais de três dezenas de trabalhadores despedidos. Estamos num período cheio de trabalhadores despedidos. Estes despedimentos e a recusa em dar trabalho insere-se na acção daquelas forças reaccionárias que estão empenhadas na desorganização da economia nacional, em lançar grandes camadas do povo contra o Governo Provisório, levar o povo a pensar que «isto é tudo o mesmo», etc., etc.» (...)

«Solicitamos ao Governo medidas capazes de pôr fim a estes despedimentos injustos e anti-económicos. Que os proprietários sejam obrigados a dar trabalho! Que sejam obrigados a tirar as cortiças! Uma das medidas que urge avançar é a elaboração dum CCT que assegure a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores agrícolas.»

Foi decidido que o Sindicato se estruturaria geograficamente, aproveitando o possível das extintas Casas dos Pescadores, que se passam a chamar secções do Sindicato, agrupadas em 4 delegações no Continente: Matosinhos; Peniche; Setúbal e Olhão, ficando a sede em Lisboa.

Sobre a filiação no Sindicato, houve demorada discussão em que se defendia, por um lado, que só teriam direito a associar-se os pescadores com exclusão daqueles que, sendo pescadores, possuem embarcações e pessoal a seu cargo; por outro lado defendia-se que os pescadores donos de pequenas embarcações também deviam ser admitidos no Sindicato, e era o caso de alguns pescadores presentes. Foi encontrada por fim uma plataforma, em que, dentro da autonomia que se prevê para cada secção do Sindicato, sejam os pescadores de cada secção a admitirem os sócios ou impedir a admissão dos pescadores cuja situação possa ser prejudicial aos interesses dos pescadores e por consequência do seu Sindicato.

Finalmente foi eleita a mesa da Assembleia Geral, de que será responsável a Secção de Lisboa, e eleita a Direcção do Sindicato, que fica assim constituída: 1 representante da pesca artesanal (Secção de Sesimbra); 1 representante da pesca da sardinha (Secção de Peniche); 1 representante da pesca do arrasto — costeira do alto e longinqua — (Secção de Ma-

Três mil e seiscentos operários da Standard Eléctrica-ITT, em Cascais, lutando pela melhoria das suas condições de trabalho, concentraram-se na quarta-feira, pelas 15 horas, junto da Administração da Empresa. Uma camarada da DORL do PCP saudou os milhares de operários em nome do Partido Comunista Português. O «Avante!» foi aplaudido entusiasmamente, exigindo os trabalhadores a presença dos reporteres do nosso jornal, no seu local de trabalho, para «verem com os seus próprios olhos as inacreditáveis condições em que trabalham». O «Avante!» foi saudado pelos operários, que procuraram contar, em poucas palavras, a sua condição de «mão-de-obra barata».

Os trabalhadores, cerca das 15 horas, saíram das suas respectivas secções e juntaram-se ao turno que devia entrar à mesma hora, concentrando-se à porta do pavilhão de Administração, onde tem o seu cómodo gabinete, Carvalho Fernandes, que foi secretário da Indústria no governo fascista.

Três a quatro mil operários, a grande maioria raparigas com menos de 20 anos, manifestaram-se publicamente, unidos à volta do seu caderno reivindicativo, da exigên-

cia de saneamento dos fascistas mais conhecidos, contra as ameaças de despedimentos, por subsídio para as férias, pela melhoria das condições de trabalho, e contra a forma demagógica e incorrecta como a gerência tem respondido às reclamações dos trabalhadores.

Os trabalhadores exigiram a presença do administrador-delegado

O delegado sindical pôs em relevo o carácter social das reivindicações, reclamando a presença do Administrador-Delegado que se apresentou perante os operários, com uma linguagem paternalista e tecnocrática, recheada de «desenvolvimento» e «diálogo», afirmando a concluir que a empresa era uma empresa pequena e que só tinha aumentado à custa do sacrifício de todos nós, trabalhadores».

O delegado sindical e uma operária, da secção de TV, alertaram imediatamente os seus camaradas para a falsidade das declarações de Carvalho Fernandes, para o tom paternalista das suas afirmações e denunciaram a sua colaboração com o governo fascista de Salazar. Outra operária esclareceu

quem era a ITT e o seu papel no golpe fascista do CHILE.

Uma camarada do PCP saudou todos os operários presentes e a sua luta

Uma camarada do PCP apelou para a unidade da classe operária, explicando a presença do Partido Comunista Português: «O nosso partido apoia a justa luta dos operários da Standard Eléctrica pela melhoria das suas condições de trabalho e pelas regalias sociais a que têm pleno direito».

As operárias presentes aplaudiram as declarações da nossa camarada, que, depois de referir as condições concretas de trabalho das empresas electrónicas do nosso país, e o aproveitamento da mão-de-obra barata existente em Portugal, reafirmou a necessidade de unidade operária contra as manobras de reacção fascista.

Os operários exigiram a presença do «Avante!» para falarem sobre as suas condições de trabalho

O «Avante!» foi aplaudido entusiasmamente pelos mi-

lhares de operários presentes quando demos a conhecer a nossa alegria em estarmos a fazer a reportagem daquela luta e que o «Avante!» se dispunha a conhecer as condições concretas de trabalho das empresas e os vários aspectos da vida dos trabalhadores, como órgão de defesa da classe operária que é.

Os operários e muitas jovens operárias cercaram-nos para dar informações sobre a situação da empresa e, rodeados pelos trabalhadores, visítámos um enorme barracão «gelado no Inverno, um forno no Verão», onde uma operária, Maria do Carmo, nos resumiu as condições concretas onde têm de trabalhar.

Reunimos depoimentos, entrevistámos diversas operárias e daremos, no próximo número, uma reportagem sobre as condições de trabalho naquela empresa.

A unidade manifestada pelas operárias da Standard-ITT nesta grande concentração é uma expressão da unidade da classe operária, condição essencial para que ela desempenhe o papel de vanguarda que lhe cabe no processo da democratização em curso.

Numa concentração na Standard

3600 trabalhadores saudaram o «Avante!»



COMÍCIOS EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS É preciso dar novos passos no caminho da Paz

O grandioso comício no Campo Pequeno, em Lisboa, absorveu naturalmente, nos últimos dias, as atenções gerais, no que se refere à actividade de massas do nosso Partido. Mas em diversas outras localidades realizaram-se assembleias igualmente significativas, bem reveladoras da forte audiência do PCP nas várias zonas do País. Em todos eles foram abordados numerosos problemas de interesse regional e nacional; em todos eles também, e tal como no Campo Pequeno, a tônica dominante foi a unidade — a unidade necessária na luta contra a reacção, a unidade necessária na luta pela consolidação da democracia.

NA COVILHÃ

PCP, Fim à Guerra e Unidade gritaram insistentemente e no meio do maior entusiasmo as cerca de 5 mil pessoas que participaram no 1.º comício do Partido Comunista Português, realizado na Covilhã. Além dos milhares de pessoas concentradas no interior do pavilhão de exposições das Actividades Económicas e Industriais, uma multidão difícil de avaliar seguiu no exterior, através dos alfaiates, as intervenções neste vibrante comício, cujas maiores características foram o calor, o entusiasmo, a inteira adesão dos operários covilhanenses à linha do seu Partido, longamente aclamado.

O comício foi presidido pelo camarada Carlos Figueira, membro da Direcção da Organização Regional do Norte e suplente do Comité Central do PCP, tendo o camarada José Pinho chamado para a mesa os operários José Borrata, José Milhano, Raul Andrade, Júlio Machado, Manuel Baptista e José Carrilho, o empregado Alfredo Craveiro e o carteiro Joaquim Capelo, todos militantes do PCP; e ainda os camaradas Mário Ranito, João Canário e José Pires, velhos militantes do Partido, os dois primeiros desde 1931 e o último desde 1942. O advogado Antunes Ferreira representou o Movimento Democrático e o empregado de escritório Eduardo Graça o Movimento da Juventude Trabalhadora. Na mesa, além de destacados democratas e antifascistas (Rafael de Moura, José Ribeiro, Manuel João Vieira, José Le-

das Beiras do PCP, depois de saudar a heróica classe operária da serra, afirmou: A exploração capitalista mantém-se em Portugal. A luta das classes trabalhadoras dentro das empresas continua a ser a sua arma mais poderosa na conquista de um melhor nível de vida, condição indispensável à Revolução Democrática e Nacional. O patronato, que recolhe a «parte de leão» da riqueza produzida por nós, terá de diminuir o seu apetite que o fascismo, laço do grande capital, não afincadamente defendia. Para isso, referiu, é necessário melhorar a organização e ligar intimamente a luta nas empresas com a acção sindical, tendo chamado a atenção para a apresentação de reivindicações irrealistas na actual situação económica e social do País, que só criam terreno favorável para que a reacção leve a água ao seu moinho.

Depois de Eduardo Graça, representante do Movimento da Juventude Trabalhadora, ter saudado o PCP e referido os objectivos principais de luta do MJT (salário igual para trabalho igual, proibição de trabalho infantil, direito de voto aos 18 anos, reforma geral e democrática do ensino, direitos sindicais desde a idade em que se começa a trabalhar), o operário João Canário, militante do Partido desde 1931, referiu-se à luta dos comunistas junto do Povo Português e das classes trabalhadoras, sublinhando que o Partido Comunista, apesar de uma impiedosa perseguição, nunca perdeu a sua ligação

importantes tarefas do momento, com vista a desarmar a reacção e aprofundar o processo de democratização. Para tal é urgente: continuar o saneamento e desmantelamento das estruturas fascistas; institucionalizar as liberdades; pôr fim à guerra colonial e apressar as negociações que levem a uma solução política do conflito, com base na autodeterminação e independência; melhorar as condições de vida dos trabalhadores; pôr em prática uma política económica e financeira que estabilize e regule o desenvolvimento económico e a expansão do mercado interno e externo e dê condições de vida às pequenas e médias empresas; aproveitar a abertura diplomática com os países socialistas e designadamente com a URSS, no sentido de reforçar a situação interna e externa política e económica do País.

Com a multidão a cantar a Internacional e cânticos revolucionários e com gritos infundáveis de PCP, Fim à guerra, Justiça, Abaixo a reacção e Unidade, terminou este primeiro grande comício do Partido Comunista na Covilhã.

NO CARTAXO

Mais de mil pessoas, tantas quantas o antigo pavilhão da FNAT podia conter, participaram no Cartaxo num comício pleno de vibração, a que presidiu Hélder Travado, da Comissão Concelhia do PCP. Presente um representante do Partido Socialista, que foi saudado com uma calorosa salva de palmas.

Usaram da palavra, sucessivamente, Felisberto Martins, operário do Cartaxo e há dez anos militante do nosso Partido; Joaquim Campino, que antes de ser preso passou longos anos na clandestinidade e foi membro do CC, Xavier Rendeiro, em nome da Juventude Trabalhadora local; Carlos Pinhão, com 27 anos de filiação no Partido e 10 de clandestinidade; Joaquim de Oliveira Lopes e, finalmente, o nosso camarada do Comité Central, Joaquim Gomes.

As intervenções dos oradores foram sublinhadas entusiasticamente pela assistência, que gritou em coro a vitória é difícil mas é nossa, viva a classe operária, viva o povo do Cartaxo, viva o Partido Comunista Português.

No seu discurso, Joaquim Gomes, depois de recordar a força e a implantação popular que o PCP tem demonstrado, salientou que os comunistas lutam pela unidade de todos os democratas, apesar de terem sido eles os que mais sofreram a repressão fascista, e afirmou que sem a activa participação do nosso Partido o actual processo de democratização em Portugal não seria possível. Prolongados aplausos seguiram-se à referência de Joaquim Gomes à reforma agrária, o mesmo acontecendo quando acentuou a necessidade de, onde e quando isso for necessário, desmascarar as cálinas lançadas contra o Partido da Classe Operária.

Após as diversas intervenções seguiu-se um período de perguntas e respostas, no decorrer do qual vários problemas locais e gerais foram abordados, esclarecendo os presentes acerca das orientações do PC na sua luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e pela consolidação da democracia.

EM ALMEIRIM

Na Casa do Povo de Almeirim reuniram-se mais de 1000 pessoas para participarem no 1.º Comício do Partido Comunista Português, realizado naquele concelho.

Com a sala superlotada, pequena para tanto entusiasmo popular, usaram da palavra, pela Comissão Concelhia local do PCP, José Bento Sampaio, médico, que presidiu, Maria Arminda e Manuel Apolinário dos Santos, operários agrícolas. Falaram também os camaradas Maria Adelaide, José Alves Pereira, da Comissão Concelhia de Torres Novas, Maria

Júlia, da Comissão Concelhia de Alpiarça, António Abalada, Francisco Lancinha, da Direcção Regional do Oeste e Ribatejo, e Francisco Miguel do Comité Central do PCP. Foram referidos vários aspectos fundamentais da política do Partido, tendo-se sublinhado como condição essencial para a consolidação da democracia, assim como para quebra do caminho à reacção, a Unidade das Forças Democráticas e Massas Populares com as Forças Armadas. Foi dito que do mesmo modo que não seria possível o 25 de Abril sem o PCP, também não será possível construir o Portugal Democrático, livre e independente sem o PCP e, por isso, campanhas anticomunistas servem objectivamente a reacção e dirigem-se contra a Liberdade e a Democracia.

Foi feita uma evocação da vida do Partido, tendo sido posto em destaque a abnegação, dedicação e espírito de sacrifício de muitos militantes que, na luta contra o fascismo, tudo sacrificaram, inclusive a vida, pela causa do povo e libertação do país.

A situação da mulher trabalhadora, vítima maior da exploração patronal, e o seu contributo à luta pela libertação nacional foram aspectos devidamente destacados.

O camarada Francisco Miguel, além de outros temas, ocupou-se, com especial relevo, da Reforma Agrária, problema que numa região essencialmente agrícola, com muita pequena e média propriedade, mas com predomínio do latifúndio, tem grande acuidade. Mais uma vez foi dito aos pequenos e médios proprietários agrícolas que trabalham a terra que nada teriam a temer de uma Reforma Agrária e que, pelo contrário, só poderiam beneficiar com ela. A terra para quem o trabalho é uma palavra de ordem do Partido e, nesse sentido, objectivamente, o PCP é o grande defensor

de alguns problemas dos camponeses. A sessão terminou com a intervenção de um jovem de Arruda, que fez um apelo no sentido de que sejam os jovens a dar o exemplo na construção do Portugal Novo.

EM SINES

Cerca de três mil pessoas participaram em Sines num entusiástico comício que foi presidido por José Pacheco, da Comissão Concelhia do PC. Outros membros da mesma Comissão usaram da palavra: Manuel Roberto, Fernando Guinot, Edite e Francisco Silva, assim como Hélder Madeira, da Comissão do Barreiro, e Luísa Araújo, da DORS. Também falaram José Manuel, democrata de Sines, Alfredo Matos, do MDP do distrito de Setúbal, um membro do MJT e o camarada Américo Leal, do Comité Central do nosso Partido.

No seu discurso, Américo Leal começou por salientar o papel de vanguarda dos comunistas durante a noite fascista, prestando homenagem a alguns dos militantes que ficaram pelo caminho. Referiu-se depois à ampla unidade defendida pelo nosso Partido; à natureza específica do actual momento político; ao perigo das greves irreflexivas que não defendem os interesses dos trabalhadores, como a verificada nas obras da área de Sines; e, finalmente, à reforma agrária proposta pelo PCP, a qual, ao contrário do que dizem os caluniosos, de nenhum modo visa tirar as terras aos pequenos agricultores, mas sim aos grandes latifundiários. Lembrou, a este propósito, que «há grandes propriedades que têm mais terra que dezenas de milhares de pequenos agricultores tomados em conjunto» e que «os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500 000 mais pequenos».

Outros importantes comícios do nosso Partido realizaram-se igualmente no Tramagal e em Torráo do Alentejo. No primeiro, usaram da palavra Guilherme da Silva Garcia, Francisco Maia Lancinha, Francisco Duarte Miguel, Carlos Pinhão, Maria Adelaide Correia da Silva e Afonso da Silva Campante. No final, travou-se animado e frutuoso diálogo entre os componentes da mesa e a assistência. No segundo, os oradores foram Américo Leal, Natalino Varela, Francisco Mata e Estêvão Pais Besugo.

A inauguração da sede do nosso Partido em Castro Verde foi pretexto para uma vibrante jornada nesta vila, na qual se incluiu um comício a que assistiram cerca de 2500 pessoas, na sua maioria trabalhadores agrícolas. Usaram da palavra camaradas das comissões locais de Castro Verde e Aljustrel, João Honrado, de Beja, Ilídio Quintina e Pedro Cunhal, de Lisboa. Também em Casabres se realizou um comício, a que estiveram presentes cerca de mil operários agrícolas.

NOVOS COMÍCIOS

O PCP promove nos próximos dias mais os seguintes comícios:

Hoje — Nas Caldas da Rainha, no Teatro Pinheiro Chagas, às 21 e 30.

Amanhã — Em Ermidas-Sado, às 20 horas; em S. Cristóvão, às 21 horas; em Matosinhos, às 21 e 30.

Dia 7 — Em Alcântara (Lisboa), no campo de jogos do Boe-Hora, às 21 e 30; em Moura, às 18 horas.

O «ballet» soviético em Portugal

A chegada ao nosso país dum grupo de «ballet» do famoso Teatro Bolchoi de Moscovo, a primeira embaixada artística dum país socialista que nos visita depois do 25 de Abril, foi acolhida com grande alegria.

Embora não seja a primeira vez que artistas soviéticos vêm a Portugal, a vinda deste grupo de «ballet», nas novas condições que se vivem no nosso país, e, principalmente, depois do estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e outros países socialistas, reveste-se dum significado muito particular. Ela é o prenúncio do largo intercâmbio pelo qual, durante os 48 anos da nossa ditadura fascista, o povo português tanto ansiou e lutou. Ela é um passo mais no caminho do desenvolvimento e estreitamento de múltiplas relações entre o nosso povo e o povo da União Soviética.

Na conferência de Imprensa realizada após a sua chegada, no Teatro de S. Carlos, uma delegação do Partido Comunista Português, de que fazia parte o camarada Domingos Abrantes, membro do Comité Central, saudou os artistas soviéticos e ofereceu-lhes ramos de flores. Na saudação, que foi lida em russo pela camarada Luísa Basto, recém-formada pelo Con-

servatório de Moscovo, afirmou-se:

«Profundos sentimentos unem os comunistas portugueses ao povo soviético e é para nós muito importante o restabelecimento de relações diplomáticas de Portugal com a URSS pois permitirá ao povo português conhecer melhor a realidade soviética. Nós tudo fizemos e faremos para que estas relações se tornem cada vez mais profundas.»

Em nome da Associação de Amizade Portugal-URSS, o maestro Lopes Graça saudou os artistas do Bolchoi, tendo sido acolhida com calorosa salva de palmas a notícia da sua próxima visita à URSS.

Os artistas soviéticos, pela voz de Anatoli Lashin, representante do Ministério da Cultura da URSS, foram portadores dum mensagem dos artistas do Bolchoi e do povo soviético dirigida ao povo português.

«Os nossos artistas farão todos os possíveis para vos mostrar o que há de melhor no «ballet» soviético actual. Não são muitos — apenas 20 — e o Teatro Bolchoi possui um conjunto de 250. Quando deixáreis o nosso país para vir para aqui, os nossos colegas disseram-nos: Fazei tudo como se nós lá estivéssemos. — Podeis estar certos de que isso faremos.»

único caminho válido para pôr fim à guerra.

Os factos demonstraram a justeza da acção do PCP e outras forças democráticas que há muito reclamavam o início das conversações. Os factos também demonstram que não é possível avançar no caminho da solução política sem que as negociações sejam travadas com os verdadeiros dirigentes da luta de libertação. Tentativas para negociar com elementos marginais só têm dificultado o verdadeiro progresso da solução política.

Os factos também demonstram que não é possível pôr fim à guerra e encontrar uma solução política do problema colonial sem que o direito à autodeterminação e independência seja efectivamente reconhecido e esteja presente no decurso das negociações.

Todas as forças políticas responsáveis se pronunciam pelo fim da guerra e por uma solução política.

O povo português deseja ardentemente o fim da guerra e o início de novas relações com os povos da Guiné, de Moçambique, de Angola, de Libéria e Iguala.

A inclusão desse objectivo no programa das Forças Armadas foi uma das razões do nosso apoio e entusiasmo que ele imediatamente obteve no País.

Se as dificuldades actuais forem encarradas de frente, com espírito realista, sem dúvida que se encontrará a saída para pôr termo à herança colonial deixada pelo fascismo.

Centros de trabalho do PCP

- Encontram-se já em funcionamento os seguintes:
- ALCORREGO — AVIS
 - ALHOS VEDROS
Rua Dinis Ataíde, 49
 - ALJUSTREL
Rua General Trindade, 50
 - ALMADA
Avenida Rainha D. Leonor, 4 r/c, dt.º
 - ALPIARÇA
Rua Silvestre Bernardo Lima, 168
 - BAIXA DA BANHEIRA
Rua 5, 33-A — Telef. 20 46 81
 - AVEIRO
Av. Lourenço Peixinho, 118, 2.º dt.º
 - AVIS
Rua Dr. Manuel d'Arriaga, 21
 - BALEIZÃO
Junto ao Largo Catarina Eufémia
 - BARREIRO
Rua Dr. Eusébio Leão — Telef. 2 07 33 02
 - BEJA
Rua Ancha, 21 — Telef. 2 46 84
 - BRAGA
Largo de S. Francisco, 28
 - CALDAS DA RAINHA
Avenida da Independência Nacional, 23, r/c.
 - CASTRO VERDE
Rua João de Deus
 - COIMBRA
Rua da Sofia, 73, 1.º, esq.º
 - COUÇO
Estrada Nacional
 - COVILHÃ
Largo do Pelourinho
 - ÉVORA
Praça Luís de Camões, 12, 1.º
 - FARO
Largo do Mercado, 25, 5.º
 - FERREIRA DO ALENTEJO
Rua Dr. Brito Camacho, 70
 - FIGUEIRA DA FOZ
Rua da República, 206
 - GRANDOLA
Rua Mouzinho da Silveira, 17
 - GRIJO
Travessa da Guarda — Corveiro (Grijo)
 - LEIRIA
Rua Machado dos Santos, 25, 1.º — Telef. 2 46 10
 - LISBOA
Avenida António Serpa, 26, 2.º, esq.º — Telef. 77 22 84
 - MARINHA GRANDE
Rua Manuel Pereira Roldão, 12
 - MATOSINHOS
Rua do Conde Alto Mearim, 218
 - MOITA
Rua Dr. Silva Evaristo, 49-51
 - MONTEMOR-O-NOVO
Rua 5 de Outubro, 41, r/c, dt.º
 - ODIVELAS
Rua Guilherme Gomes Fernandes, 16, 2.º, esq.º
 - OLHÃO
Rua do Caique, 21
 - OVAR
Praça da República
 - PAIO PIRES
Largo de Paio Pires, 12, 1.º, F
 - PARAMOS
Lugar do Barril — Paramos (Espinho)
 - PIAS
Na Antiga Rua da Estação
 - PORTIMÃO
Travessa do Capote (antigo Pato Bravo)
 - PORTO
Rua Anibal Cunha, 94 — Telef. 3 55 67
 - SALVATERRA DE MAGOS
Rua Luís de Camões, 16-18
 - SETÚBAL
Av. Dr. Manuel de Arriaga, 8, r/c — Telef. 0 42 22 73
 - TORRES NOVAS
Rua 1.º de Dezembro, 24, 2.º
 - TORRES VEDRAS
Avenida 5 de Outubro, 2.º esq.º
 - VENDAS NOVAS
Rua Arneiros, 8
 - VIANA DO CASTELO
Rua Manuel Espargueira, 206
 - VILA FRANCA DE XIRA
Rua Serpe Pinto, 79, 1.º



mos e José Costa), tomaram lugar os camaradas Margarida Tengarrinha, da DORN, Carlos Fração e António Lopes, do Comité Regional das Beiras do PCP, e Carlos Vale, Fernando Paulouro, José Cardona, Judite Fitas, Domingos Ferreira e José Pinho, das comissões concelhias do PCP de Castelo Branco, Fundão e Covilhã.

O operário José Cardona chamou a atenção para as amplas possibilidades que se abrem à classe operária de transformar a sociedade em que vivemos, na construção da democracia e do socialismo, frisando que um instrumento fundamental nas tarefas de concretizar essa transformação será a nossa capacidade de organização, forjada pela vontade e trabalho das massas, tendentes a fortalecer o Partido Comunista Português e, com ele, a unidade e solidariedade de todos os trabalhadores.

Interrompido com gritos de PCP, o camarada José Cardona referiu-se às guerras coloniais, aos encargos económicos astronómicos da sua manutenção que recaem sobre os trabalhadores, pedindo o seu fim e o reconhecimento do direito à independência e autodeterminação dos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Em uníssono, os participantes no comício gritaram durante muito tempo Fim à Guerra Colonial.

O representante do Movimento Democrático, Antunes Ferreira, saudou, em seguida, o Partido Comunista, bonde em relevo a sua continuada acção durante todo o fascismo e salientando que o seu passado dá a todas as forças realmente democráticas a melhor garantia de que ele será no presente, em todo o futuro, uma força absolutamente essencial na consolidação e no progresso da democracia em Portugal. Muito aplaudido e numerosas vezes interrompido com Unidade, Unidade, Antunes Ferreira referiu-se longamente à importância da unidade das forças democráticas para levar a cabo o desmantelamento de todo o aparelho fascista e avançar na construção de uma sociedade democrática.

«A exploração capitalista mantém-se»

O camarada António Lopes, membro do Comité Regional

com as massas trabalhadoras e do povo português, ele caminha sempre na vanguarda como guia e defensor da classe operária. E terminou, dizendo: A união de todos os operários e trabalhadores em volta do seu partido, o Partido Comunista Português, será a maior certeza de que o caminho difícil encetado pelo povo português, para a liberdade, para a paz, para o socialismo, chegará ao fim com a vitória de todos os progressistas sobre a reacção.

Lutar contra as manobras da reacção

A intervenção de Margarida Tengarrinha, membro da DORN do PCP e suplente do Comité Central, foi interrompida numerosas vezes por entusiásticos aplausos e por gritos de PCP, PCP. Margarida Tengarrinha prestou uma vibrante homenagem aos valentes operários e trabalhadores da Covilhã e de toda a zona da serra e ao povo trabalhador desta região com tão antigas e tão profundas tradições revolucionárias na luta pelo pão e na luta pela liberdade, contra a opressão e a exploração fascista. Lembrou que foi na Covilhã que se realizou o primeiro Congresso Sindical dos operários portugueses, referindo-se à presença de delegados covilhanenses nos primeiros congressos do Partido, em 1923 e 1926.

As lutas dos operários da Covilhã, em 1933, pela defesa de sindicatos livres e as grandes greves de 1944 e 1946, esta última reprimida com brutal ferocidade, foram lembradas por Margarida Tengarrinha, que terminou com um apelo do Partido a todos os trabalhadores, a todos os democratas e antifascistas para que adiram ao PCP, pois com o Partido, e no Partido, os trabalhadores tomarão nas suas próprias mãos a defesa dos seus direitos e aspirações, a defesa dos interesses das mais vastas camadas da população, a defesa dos interesses da Nação Portuguesa.

Continuamente interrompido por milhares de vozes que gritavam Abaixo a reacção, o camarada Carlos Figueira, membro da DORN e suplente do Comité Central do PCP, referiu-se às importantes posições que a reacção ainda detém no aparelho de Estado, e às suas manobras para criar perturbações no desenrolar do processo de democratização do país. Referiu-se então às



O CAMINHO

O fascismo — esse longo touro negro que durante meio século andou correndo o País de ponta a ponta — não pôde penetrar na arena do Campo Pequeno na noite de 28 de Junho. Ali se efectuava o maior comício de sempre do Partido Comunista Português. Quarenta mil pessoas, dentro e fora do recinto. Quarenta mil pessoas à chuva, ombro a ombro, mão na mão. Uma noite de intempérie destruída pelo entusiasmo de toda uma grande consciência política, e também por sofrimentos acumulados, e ainda pelos mortos que estavam no coração de todos os presentes. De todas as vezes que a multidão gritava PCP, e cantava o «AVANTE, CAMARADA, AVANTE», e pela UNIDADE, isso significava simplesmente que se tinha optado pelo único caminho possível conducente à destruição da vergonha, da noite escura das forças reaccionárias, da odiosa guerra africana e do etc., arbitrário e tenebroso que foi sempre a lei do regime deposto no dia 25 de Abril. Sim: ali, no Campo Pequeno, as farpas não reacearam o dorso escuro do fascismo. Mãos certeiras espetaram-nas em todos os obstáculos que até ao momento impediram que Portugal fosse um País livre. Foi o triunfo de um partido, a adesão triunfal de milhares de pessoas à sua política e a fé triunfante nas palavras de ordem que circularam clandestinas durante tantos e tantos anos.

Chovia, Choveu sempre. Toda a multidão era uma explosão de guarda-chuvas. Minuto a minuto, a água foi enso-
pando a arena — e quem na arena se encontrava ficou

com os sapatos enterrados na lama. Só que há lama e lama. E a lama do Campo Pequeno era maravilhosa: era o alicerce, a argamassa do alicerce, do País novo que temos todos de construir para que o sol brilhe para todos nós.

• Unidade

Todos, sim. UNIDADE UNIDADE, UNIDADE — foi um grito constante. Tão constante como a chuva, como a incomodidade de se estar de pé ao longo de horas. Só essa Unidade é que nos poderá levar a pôr um ponto final na guerra que se desenrola nas colónias. Unidade de todas as forças democráticas unidade da inteligência, unidade da estratégia que sabe esperar pelo momento exacto. Ouçam todos de olhos nos olhos: um gesto precipitado pode unicamente conduzir a uma aventura inglória. Ou damos as mãos, ou todos comungamos no credo anti-fascista, — ou então ficamos pelo caminho. Pelo caminho com um sorriso amarelo, um travo amargo na boca, os pés chafurdando na lama da desunião... Diante de nós, então, se desunidos procedermos erguer-se-á o muro das liberdades suprimidas. Assim o disse Alvaro Cunhal no comício (e a sua entrada no recinto do Campo Pequeno levantou as vozes no «AVANTE, CAMARADA, AVANTE!» e com o grito

uníssonos de «PCP»): «Se não existe na actual situação política um perigo de supressão das liberdades, existem tendências no sentido de transformar a institucionalização de liberdades e direitos num colete de forças para o seu exercício. Isto é: existe um certo risco de ver afectadas gravemente as liberdades e direitos precisamente no momento em que são legalmente instituídos.»

• Soluções prementes

E a chuva, sempre a chuva — e quarenta mil pessoas presentes, apoiando sem um desfalecimento as soluções que a vida nacional exige neste momento: vida justa para os trabalhadores, julgamento da PIDE/DGS, unidade das forças democráticas fim à guerra nas colónias... Quarenta mil pessoas, dentro e fora da Praça de Touros do Campo Pequeno, gritando pelo saneamento do País, ferdas no corpo e na alma por quase meio século de opressão. «Quase meio século? Meio século inteiro! Que são dois anos a menos?» — ouvimos dizer num grupo de bandeiras empunhadas, bandeiras com foice e martelo, bandeiras de tradição como a liberdade do homem. Um a um, os oradores erguiam a voz e diziam das razões que assistiam ao povo. No fim — aplausos sempre.

«A FORÇA DO PARTIDO DA CAUSA DA UNIDADE NA LUTA

Não decorrer do inesquecível comício do Campo Pequeno, o camarada Alvaro Cunhal pronunciou o importante discurso que a seguir reproduzimos:

Camaradas:

O povo português goza hoje de liberdades democráticas essenciais. Editam-se os jornais sem qualquer censura prévia. Reuniões e manifestações têm lugar livremente. Desenvolvem a sua actividade os partidos políticos. Se mais não houvesse, este comício, em que estamos participando, seria por si só uma afirmação de mudança radical da situação política e da existência em Portugal de liberdades democráticas fundamentais. Uma afirmação da aquisição pelo povo português daquilo por que ansiou e lutou ao longo de dezenas de anos de ditadura fascista.

Creio ser justo felicitar a Direcção da Organização Regional de Lisboa, os membros do Partido e simpatizantes que, com a sua iniciativa, o seu entusiasmo e o seu espírito militante, tornaram possível (apesar da chuva) o brilhante sucesso deste comício. Para todos vós também, que nele participais, as mais calorosas saudações. Nós não tememos a chuva, nem as tempestades; nem as da natureza, nem as da política, passámos já muitas e a experiência e provas passadas dão-nos confiança no futuro.

Nós consideramos e estamos certos de que o nosso povo considera também as liberdades democráticas como uma aquisição de capital importante que é necessário defender e consolidar. As liberdades, sendo uma situação de facto que resultou do 25 de Abril e da ulterior acção das Forças Armadas e das forças democráticas, têm

necessariamente de ser reconhecidas pela lei.

Esse reconhecimento será em si uma grande vitória das forças democráticas, do nosso povo que durante quase meio século de fascismo lutou pela instauração das liberdades.

Entretanto, camaradas, devemos ser claros. Se não existe, na actual situação política, um perigo de supressão das liberdades, existem tendências no sentido de transformar a institucionalização de liberdades e direitos num colete de forças para o seu exercício. Isto é: existe um certo risco de ver afectadas gravemente as liberdades e direitos precisamente no momento em que são legalmente instituídos. Pela nossa parte tudo faremos para que a institucionalização ou regulamentação das liberdades e direitos se não voltem contra as próprias liberdades. A institucionalização das liberdades e direitos deve significar o seu reconhecimento real e a real garantia do seu exercício. Não há qualquer outra solução que possa considerar-se democrática.

Camaradas:

Com a liberdade de falar, de escrever, de reclamar, veio à luz do dia todo o atraso da economia portuguesa, que não há muito apontávamos. Mas vieram também à luz do dia todas as misérias, as dificuldades, as faltas, as injustiças, os atrasos de melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras. É completamente legítimo que os trabalhadores, com a libertação de Portugal do fascismo, apresentassem as suas reivindicações mais prementes e exigissem que fossem satisfeitas. Deve dizer-se que muitas reivindicações imediatas foram satisfeitas e que, em dois meses do regime democrático provisório em que vivemos, os trabalhadores conseguiram, na sua luta reivindicativa, mais êxitos do que teriam conseguido em

dez ou mesmo vinte anos do antigo regime.

A luta dos trabalhadores tem de continuar e continuará. Entretanto, o nosso Partido chama a atenção para três problemas ligados à luta reivindicativa.

O primeiro é o nível das reivindicações. É imprescindível formular as reivindicações, tendo em conta que estamos numa sociedade capitalista; certas reivindicações irreais sopradas por demagogos por fascistas e pelo próprio patronato reaccionário (que não pretendem naturalmente defender os interesses dos trabalhadores mas lançá-los num movimento político contra o Governo) nada ajudam à solução dos problemas.

O segundo problema ligado à luta reivindicativa é o da situação económica do País. De momento, gostaria apenas de sublinhar que uma situação económica grave não só atingiria as condições de vida dos trabalhadores como criaria um terreno favorável às conspirações contra-revolucionárias. Por isso, são as forças reaccionárias que procuram criar uma crise económica e não os trabalhadores, que, pela sua elevada consciência política, têm mostrado ser capazes de contribuir com sacrifício próprio para impedir o agravamento da situação económica e assegurar a continuação do processo de democratização da vida portuguesa.

O terceiro problema relacionado com a luta reivindicativa respeita às formas de luta. Os trabalhadores não renunciam nem renunciarão a armas de luta provadas pela experiência e, entre elas, a greve, que constitui um direito inalienável dos trabalhadores. Se o fascismo, considerando a greve um crime, não conseguiu que os trabalhadores renunciassem ao direito de declará-la, seria um tanto absurdo que os trabalhadores perdessem esse di-

reito no preciso momento em que é reconhecido... Ao mesmo tempo que defendemos o real direito à greve, temos chamado e continuamos chamando a atenção dos trabalhadores para as incidências económicas, sociais e políticas das greves, na complexa situação política existente sobretudo quando afectam sectores vitais para a economia nacional e para a vida das populações.

O Partido insiste em que, na situação actual, a multiplicação de greves não servirá os interesses dos trabalhadores e que por isso, salvo casos muito especiais, só depois de esgotadas outras formas de luta, só em último caso, se deve recorrer à greve. Entretanto, com outras formas, a luta dos trabalhadores tem de continuar, além do mais porque a compreensão dos trabalhadores para assegurar a estabilidade económica aceitando adiar certas reivindicações, esperar mais tempo, não recorre muitas vezes à greve, não tem lugar correspondente conduzida por parte do grande patronato. Os trabalhadores não estão naturalmente dispostos a pagar todo o preço das dificuldades da economia nacional, na criação das quais não têm qualquer responsabilidade.

A questão colonial torna-se mais complexa, na medida em que não se pôs ainda fim à guerra e não existe uma clara perspectiva de solução do problema. Se compararmos a situação com a existente ainda há pouco mais de dois meses, no tempo da ditadura fascista, vemos naturalmente uma diferença notável. Hoje todas as forças e sectores que participam no processo de democratização estão de acordo em três ideais fundamentais: que o problema só pode ter uma solução militar, mas uma solução política, que é necessário pôr fim à guerra e que é necessário realizar



DA VITÓRIA

Eis algumas frases arrancadas à chuva:

● Voto aos 18 anos

«Desde a implantação do fascismo que a juventude ocupou as primeiras linhas na luta contra o regime — afirmou Avelino Martins, representante do Movimento da Juventude Trabalhadora. — Nestes dois meses de liberdade, a Juventude Trabalhadora continua a ocupar o seu posto, participando activamente em todo o processo de democratização da vida nacional. Mas para que esta participação se torne efectiva é necessário que seja reconhecido o direito de voto aos jovens maiores de 18 anos. Não há motivos válidos para que este impedimento se continue a verificar. Impedimento este que apenas serve os interesses do fascismo e da reacção.»

● Reforma democrática do ensino

«A luta dos estudantes é parte integrante da luta popular. Por isso, um dos objectivos da UEC é a reforma geral e democrática do Ensino. (...) O fascismo deixou-nos o ensino caduco, reaccionário, ao serviço dos monopólios, de acentuado carácter de classe, um ensino onde não têm lugar os filhos do povo trabalhador. Queremos um ensi-

no ao serviço dos verdadeiros interesses nacionais, dos ideais da Paz, da Democracia, da Amizade entre os Povos...» — assim se pronunciou Zita Seabra, em nome da União dos Estudantes Comunistas.

● PS-PCP

«Sou a favor da Unidade e já tive a honra de trabalhar ao lado de camaradas comunistas. O Partido Socialista sabe que tem um longo caminho a percorrer lado a lado com o Partido Comunista — estas as palavras de Lopes Cardoso, elemento do PS.

● «Não» à greve pela greve

José Magro, do Comité Central do PCP, aludiu a elementos provocadores que no dia do comício-monstro do Partido Comunista Português lançaram o boato de que a sessão não se efectuará. Esses elementos chegaram aliás, a colar cartazes sobre os cartazes do PCP que anunciavam a reunião. Enfim — uma atitude verdadeiramente fascista...»

Por sua vez, Manuel Ferreira Alves da Silva, trabalhador da Carris e militante do Partido, lembrou os «lacaes fascistas que continuam anichados na Carris» procurando arrastar a massa trabalhadora para a greve. Para a greve pela greve.

«Fora com os provocado-

res!» — bradaram os presentes.

● O Partido e a política do Governo

E chovia. Chovia sempre. E os aplausos estilhaçavam a chuva quando a palavra justa e consciente caía nos ouvidos atentos. Assim aconteceu, por exemplo, quando Alvaro Cunhal, a propósito da guerra colonial, afirmou:

«A questão colonial tornou-se mais complexa. (...) No entender do Partido Comunista, as dificuldades podem ser vencidas, pode pôr-se fim à guerra e é viável uma solução, desde que, na política que se segue, nas respostas dadas aos problemas diários, nas soluções de ordem política em problemas parcelares, na perspectiva apresentada, apareça claramente o reconhecimento do direito dos povos à independência. A partir daí, as negociações podem continuar a progredir com interesse para todos.»

E acentuou: «Em África a situação degrada-se rapidamente com possíveis reflexos na situação em Portugal.»

Afirmou ainda Alvaro Cunhal que o Partido não está de acordo com toda a política governamental. Sobre tal problema, disse o secretário-geral do PCP:

«O nosso Partido é hoje para muitas e muitas centenas

de milhares de portugueses, o Partido da esperança; o Partido cuja participação activa é indispensável para a democratização da vida política portuguesa; o Partido que tem consciência da sua responsabilidade aceita participar num Governo dum vasta coligação, que realiza uma política com a qual, em numerosos aspectos, o Partido não está de acordo, mas aceita participar porque há objectivos comuns essenciais, porque assim pode influir mais favoravelmente nos acontecimentos e porque, se saísse da coligação, a situação rapidamente se deterioraria abrindo caminho fácil à reacção e ao fascismo. Estamos certos de que, o povo português considera a participação dos comunistas no Governo como um motivo da sua fundada esperança na vitória final e definitiva da democracia.»

«Fim à guerra», «Unidade», «PCP» — eis as chaves de ouro (além de outras mais) deste grande comício das bandeiras rubras. Todos saíram cantando o «AVANTE, CAMARADA, AVANTE!» — e a noite, sem estrelas, era um afagado de chuva no rosto revolucionário de quem lá foi, esteve e para sempre ergueu uma barreira ao aventureirismo fácil e às tentativas da reacção em levantar a cabeça contra o Portugal que se pretende construir.

que assim pode influir mais favoravelmente nos acontecimentos e porque, se saísse da coligação, a situação rapidamente se deterioraria abrindo caminho fácil à reacção e ao fascismo. Estamos certos de que o povo português considera a participação dos comunistas no Governo como um motivo da sua fundada esperança na vitória final e definitiva da democracia.

A influência, o prestígio, o apoio de massas do Partido mostram a sua grande força. Mas seria um gravíssimo erro se os êxitos, a força e a influência de massas do Partido nos subisse à cabeça. Na história do movimento revolucionário, houve partidos que pagaram caro a sobreestimação da sua própria força. A força e influência do Partido não devem levar a qualquer menosprezo pelo reforço da unidade das forças democráticas, pelo reforço do movimento popular com as Forças Armadas a qualquer menosprezo pelo trabalho para ganhar as camadas médias e vacilantes para unir todos os portugueses que desejam que a situação democrática e provisória e incerta em que ainda vivemos se consolidará, se tornará, finalmente, após eleições livres, um regime democrático estável e definitivamente libertado do receio de um regresso ao fascismo.

As forças da democracia e da paz estão em condições, se unidas de assegurar o futuro democrático de Portugal.

A vitória é difícil, mas é nossa. Viva a unidade das forças democráticas e das massas populares.

Viva a aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

Viva o Partido Comunista Português.

Viva a liberdade.

Viva a liberdade.

ESTÁ AO SERVIÇO PELA DEMOCRACIA E PELA PAZ»

negociações com os movimentos de libertação nacional da Guiné-Bissau, Moçambique, e Angola. Lembramos que ainda nos últimos tempos do fascismo, por afirmarem não poder haver uma vitória militar e defenderem a necessidade dum solução política, foram demitidos os generais Spínola e Costa Gomes e muitos outros oficiais foram perseguidos por defenderem a abertura de negociações. Hoje a situação é completamente diversa. Tal como o PCP previu, o que ontem era perseguido é hoje, no que respeita a essas ideias gerais, a política portuguesa oficial. Entretanto, é sabido que, na larga coligação de forças que governa o país, há ideias diferentes acerca da solução do problema e das formas e métodos na acção política imediata.

No entender do Partido Comunista, as dificuldades podem ser vencidas, pode pôr-se fim à guerra e é viável uma solução desde que, na política que se segue, nas respostas dadas aos problemas diários, nas soluções de ordem política em problemas parcelares, nas perspectivas apresentadas, apareça claramente o reconhecimento do direito dos povos à independência. A partir daí as negociações podem continuar a progredir com interesse de todos.

Em África a situação degrada-se rapidamente, com possíveis reflexos na situação em Portugal. Há momentos na história em que se impõem grandes decisões que decidem da sorte dos povos. No que respeita à questão colonial é um tal momento que hoje vivemos. É urgente retomar as negociações e caminhar com decisão e em acordo com os movimentos de libertação nacional, para soluções justas de tão magno problema.

Temos falado e acabei uma vez mais de referir factos e acontecimentos relativos a

política interna. Gostaria também de referir alguns relativos à política externa.

É motivo de imensa alegria para os trabalhadores e para todos os democratas portugueses que, pela primeira vez na história, 57 anos passados sobre a Revolução de Outubro, se tenham finalmente estabelecido relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética, o grande país do socialismo. As relações com a União Soviética e outros países socialistas abrem amplas possibilidades de desenvolvimento económico, técnico, científico, e cultural altamente vantajosas para o nosso país. Significam também que finalmente o povo português poderá conhecer sem as críminosas barreiras que existiam no tempo do fascismo, o povo soviético e outros povos amigos que, nos anos cruéis da ditadura fascista sempre apoiaram activamente a luta do povo português e que (podemos estar certos) hoje continuam a apoiá-la para que triunfe definitivamente a democracia no nosso país.

Para o povo soviético, para os povos dos países socialistas, vão neste momento (e estou certo de interpretar os sentimentos de todos os participantes neste comício) as nossas saudações calorosas e fraternais.

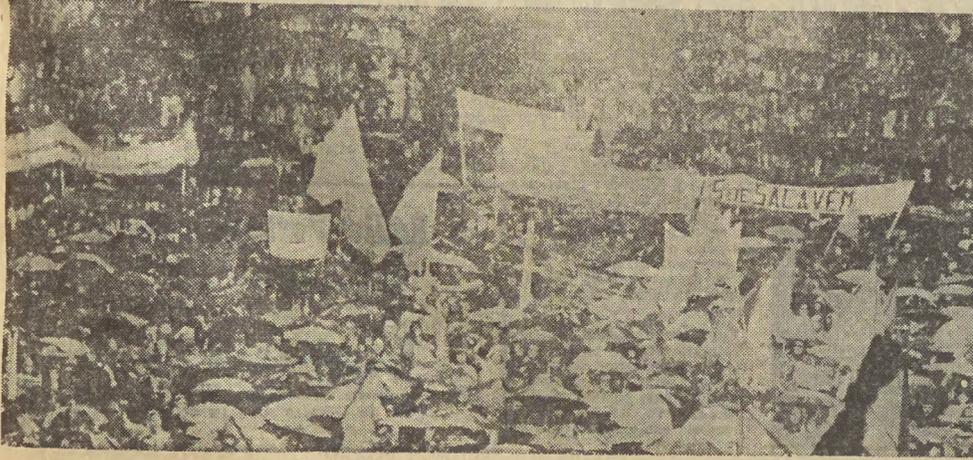
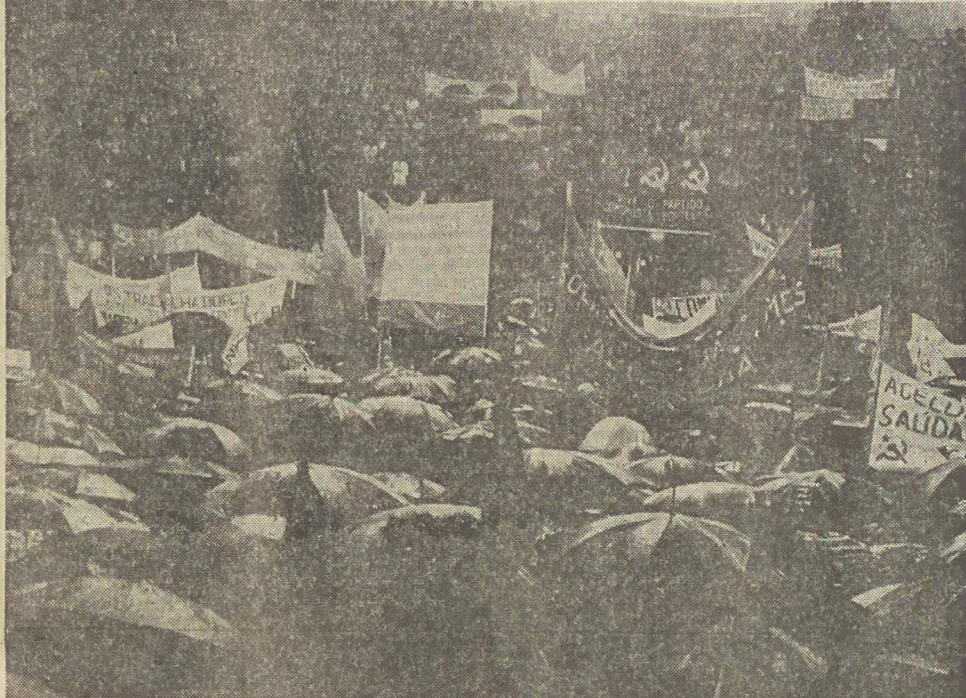
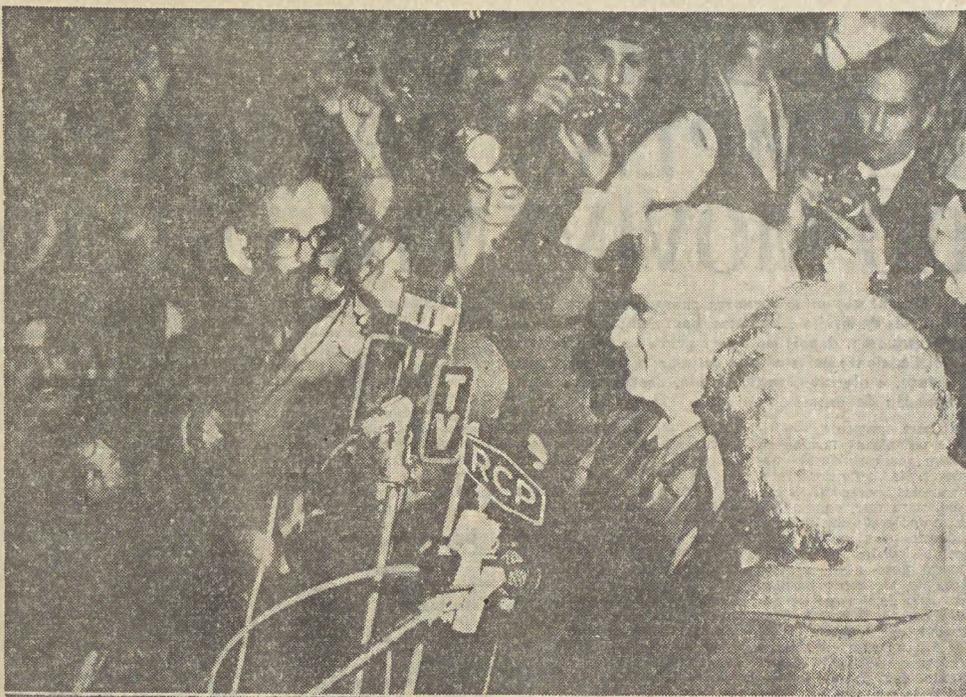
Nos negros anos de fascismo os portugueses que, correndo por vezes sérios riscos, visitaram a União Soviética e outros países socialistas, foram sempre recebidos com viv e sentida amizade e solidariedade. Desejamos profundamente que em breve visitem o nosso país numerosos cidadãos soviéticos e de outros países socialistas. E estamos certos de que serão rodeados pela expressão da sincera e indestrutível amizade dos trabalhadores e do povo de Portugal.

Este comício toma, e muito justamente, como lema a unidade. A unidade é de facto

uma questão candente da hora actual e uma condição para a vitória. Na situação actual, na complexa arrumação das forças de classe, o problema da unidade toma aspectos muito variados e envolve numerosos problemas. Os dois aspectos capitais são, por um lado a unidade das forças democráticas e do movimento popular de massas e, por outro lado, a aliança do movimento popular com as Forças Armadas. A realização desta unidade e desta aliança não se podem limitar a declarações de ordem geral. A sua concretização na acção prática é essencial e decisiva. Consolidar as liberdades, pôr fim à guerra, conduzir o País à instauração dum regime democrático são as grandes e decisivas tarefas da hora actual.

Defendemos a mais ampla unidade de todas as forças sociais e políticas, de todos os portugueses e portuguesas — sem excepção — que estejam sinceramente interessados em participar na realização destes objectivos. O nosso Partido tem força. Mas não é animado por um espírito sectário. A força do Partido está ao serviço da causa da unidade na luta pela democracia e pela paz.

E sem dúvida com imensa alegria que os comunistas verificam a confiança que têm no Partido as massas trabalhadoras, a juventude, amplos sectores da população. O nosso Partido é hoje para muitas e muitas centenas de milhares de portugueses o Partido da esperança; o Partido cuja participação activa é indispensável para a democratização da vida política portuguesa; o Partido, que tem consciência da sua responsabilidade, aceita participar num Governo dum vasta coligação que realiza uma política com a qual, em numerosos aspectos, o Partido não está de acordo, mas aceita participar, porque há objectivos comuns essenciais, por-



Constantin Simonov no «Avante!»

«Os acontecimentos em Portugal trouxeram-nos grande alegria, grandes esperanças»

NÃO foi uma visita, a presença de Konstantin Simonov na Redacção do «Avante!». Foi um encontro. Encontro entre amigos, entre camaradas, que logo ao primeiro contacto descobrem múltiplos pontos de ligação, laços criados por combates comuns, travados embora em condições diferentes, em épocas diversas, nos vários pontos da Terra, no passado, no presente, no futuro. Foi tudo isto que sentimos ao conversar com Simonov, o metalúrgico que se tornou escritor nos anos arduos da construção do socialismo na URSS, o soldado dos Exércitos que derrotaram Hitler, o combatente da Paz que nos seus livros nos transmite os sentimentos mais profundos do Homem soviético.

Pergunta: O Camarada Constantin Simonov tem sido durante toda a sua vida um ardente combatente antifascista. Gostaria que nos dissesse quais foram os sentimentos que o assaltaram ao ter conhecimento do derrubamento da ditadura fascista, em Portugal. Como foi aco-

lhida essa notícia entre os soviéticos? Resposta: Tive grande alegria quando soube que em Portugal a ditadura fascista havia sido derrubada. Recordei os anos da minha juventude, recordei-me de mim próprio, recordei como o problema da luta contra o fascismo era então o problema principal. Vi-me ainda estudante. No ano de 36 estava no Instituto de Literatura. Até aí trabalhara como serralheiro. Foi então que começaram os acontecimentos em Espanha. Todos os jovens da minha idade queriam alistar-se como voluntários. Claro, não

foram todos. Foram só os aviadores, os tanquistas, os marinheiros, os tradutores... Nem todos podíamos ir para Espanha. Não sabíamos espanhol, não estávamos ainda no Exército. Escrevi muito sobre a Espanha, sobre a Guerra Civil de Espanha, sobre as brigadas internacionais. Escrevi muitos poemas e uma peça de teatro, também — «Um Rapaz da Nossa Cidade». Um dos heróis era um voluntário da guerra de Espanha. Escrevi tanto sobre a guerra de Espanha que os escritores se convenceram de que eu estava lá. Era uma situação difícil para mim. Tinha vontade de dizer sim, sim, estive lá. Mas de fato não estive. Simplesmente, o meu coração, os meus pensamentos estavam com a Espanha, estavam com a jovem República espanhola e foi com dor que eu, e todos os soviéticos, vimos ali triunfar o fascismo. Durante a Grande Guerra Patriótica encontrei-me com alguns camaradas que haviam combatido em Espanha como voluntários. Talvez tenha interesse dizer-vos que o coronel soviético, que fora o último conselheiro militar a abandonar Madrid no ano de 1939, foi o mesmo que, tendo combatido em Estalinegrado, prendeu o general nazí Von Paulus. Entre os dois acontecimentos — vitória do fascismo em Espanha, derrota do fascismo hitleriano na União Soviética — mediarão apenas 4 anos. Esse soviético ficou para sempre ligado à luta contra o fascismo. Começou a combatê-lo em Espanha; derrotou-o no nosso país. A guerra continuou durante todos esses anos. E nos nossos destacamentos de guerrilheiros combateram republicanos espanhóis. Na Bielo Rússia, onde lutaram muitos dos meus amigos lutaram em Espanha. E por isso que toda a minha juventude está estreitamente ligada a recordações da luta contra o fascismo.

ACORDOS PARA O DESANUVIAMENTO

DURANTE a semana a reunião cimeira de Moscovo, ontem terminada, deu lugar a vários prognósticos e comentários. Alguns pessimistas. Os resultados obtidos vieram todavia, demonstrar que se continua avançando no caminho do desanuviamento, na procura das formas para alcançar aquilo a que nós, comunistas, chamamos a coexistência pacífica entre Estados com regime social diferente.

penhamento, na política de melhoria das relações internacionais que tem vindo a ser seguida pela URSS e pelos Estados Unidos. Tornar irreversível o desanuviamento — é a expressão actual que a URSS dá a este importante aspecto da sua política externa. Política hoje possível, como demonstram os factos. Não por uma mudança na natureza do imperialismo mas por uma nova correlação de forças mundiais. «Os nossos dois países deslocaram-se numa atitude de confronto para o diálogo, e essa atitude conduz as duas nações a cooperar, apesar das dificuldades» — disse Nixon falando pela TV de Moscovo.

esquerda no nosso país é bem esclarecedor, nesse aspecto.

DIFICILMENTE se pode negar que o desanuviamento, os progressos da segurança na Europa foram factores que favoreceram grandemente a luta do povo português contra a ditadura fascista. O fim da guerra fria retirou aos fascistas portugueses alguns dos principais argumentos para pedir e receber ajuda dos países imperialistas. Também agora, os passos dados para consolidar o desanuviamento para alargar a cooperação internacional, criam um clima altamente favorável para que seja prosseguido e levado até ao fim, sem intervenções estrangeiras, o processo de democratização da vida política portuguesa iniciado a 25 de Abril.

É da maior importância pois, que também Portugal, pela sua parte, aplicando a nova política externa definida pelo Programa do Governo Provisório, através dos seus representantes nas organizações, conferências e encontros internacionais (muito especialmente na Conferência de Segurança Europeia e na ONU) participe, de forma activa, no processo mundial de desanuviamento e cooperação.

o caminho nem sempre é fácil. Há períodos de travagem, recuos parciais. Na Conferência de Segurança Europeia, os trabalhos empenharam-se com a obstinação de certas delegações que pretendem impor condições aos países socialistas. Em Viena, na Conferência sobre o Desarmamento, as negociações para uma redução simultânea de tro-

ASTA no entanto atentar na multiplicidade dos contactos conferências, encontros acordos, que se sucedem e entrelaçam para concluir que o processo de desanuviamento, desde a viragem assinalada pelo fim da guerra do Vietname, ganhou um impulso que dificilmente pode ser contido. O encontro de Nixon com Brejnev agora realizado, os acordos assinados em Moscovo, são nova etapa nessa via ascendente. E etapa importante. Especial destaque merecem as limitações acordadas para as armas balísticas estratégicas, a cessação das experiências nucleares superiores a 150 quilotoneladas, bem como, o apoio dos dois países para a rápida realização da última fase da Conferência de Segurança Europeia, ao mais alto nível. Não sendo espectaculares, estes acordos definem a continuidade, confirmam o em-

Saudação da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul

Assinada pelo Comité Central da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul recebemos a seguinte saudação, dirigida ao Partido Comunista Português: Saudamos com alegria as vitórias alcançadas pelo Partido Comunista e as forças democráticas portuguesas na luta contra a ditadura fascista em Portugal. Essas vitórias abriram um novo caminho no movimento democrático português e contribuíram activamente para a luta dos povos do mundo contra o imperialismo, o velho e novo colonialismo assim como a defesa da paz na Europa e no mundo. Em nome da população sul-vietnamita e da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, afirmamos o nosso apoio total à luta do Partido Comunista e do povo português pela consolidação e desenvolvimento do regime democrático, pelo desmantelamento das forças fascistas e para pôr fim à guerra colonial em África. Que a amizade e a solidariedade entre os povos vietnamita e português se desenvolvam cada dia mais.

S detractores dessa política de desanuviamento vêm-se cada vez com menos argumentos. Do lado reaccionário, esboça-se o «slogan» do «perigo soviético», que serviu de suporte à guerra fria quando a própria potência dominante da OTAN reconhece o diálogo e a cooperação com a URSS como uma necessidade da vida internacional. Não menos desmentidos são os detractores da coexistência pacífica a partir de posições «esquerdistas». A atitude destes sectores ditos da

Os que tombaram na luta não serão esquecidos

No momento em que o «Avante!» entrou nas máquinas, acabavam de realizar-se duas homenagens a dois heróis do PCP ceifados pelas balas dos criminosos da PIDE. Um, Alfredo Dinis.

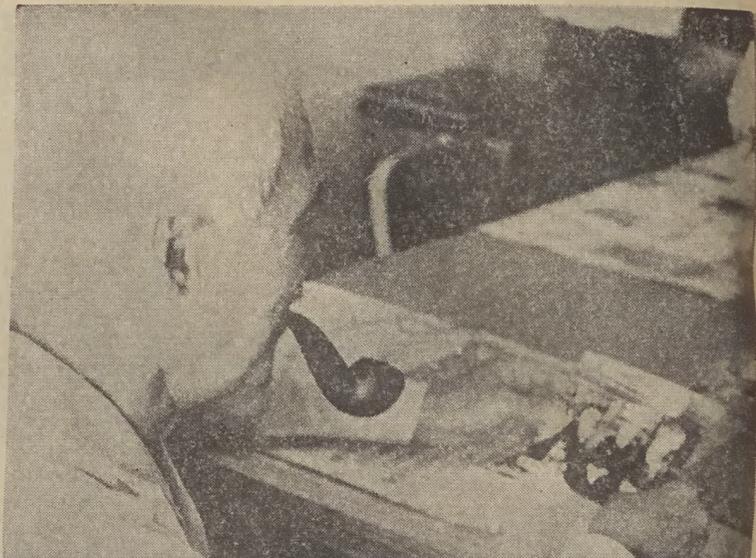
«L' Humanité» sauda o «Avante!»

Assinada por Etienne Fajon, director do jornal «L'Humanité», secretário do Comité Central e membro do Bureau Político do Partido Comunista Francês, chegou-nos, dirigida à Direcção do «Avante!», a seguinte saudação: «Queridos camaradas Por motivo das primeiras publicações legais do «Avante!», o «Humanité» saúda calorosamente o órgão central do Partido irmão de Portugal. Impresso pela primeira vez na ilegalidade a 15 de Fevereiro de 1931, o «Avante!» jamais cessou depois dessa data e durante 43 anos de dura clandestinidade, de levar a Portugal inteiro a voz do glorioso Partido Comunista. Os redactores, os tipógrafos, os difusores do «Avante!» enfrentaram a tortura, a prisão, a morte sob as balas da polícia política. Ninguém poderá esquecer os sacrifícios de José Gregório, Maria Machado, Dias Coelho, José Moreira. (...) «Clarificar os dados dum situação política complexa, reunir as forças operárias, democráticas e nacionais, apoiar as justas causas dos povos oprimidos pelo colonialismo português, organizar a acção: o «Avante!» cumpriu, e cumpriu bem, a sua missão honrando a imprensa comunista internacional. Hoje, o «Avante!» aparece à luz do dia em virtude dum vitória democrática para a qual largamente contribuiu e para continuar o combate nas novas condições, ao serviço da classe operária e do povo português. Fazemos votos para que se reforce a longa e fraternal solidariedade de luta entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Francês, entre os seus órgãos centrais «Avante!» e «L'Humanité».

«Alex», de que falámos no nosso número anterior, assassinado com requintes de selvageria por uma brigada da PIDE comandada pelo famigerado José Gonçalves; o outro, António Ferreira Soares, o médico português cortado à metralhadora por um outro sinistro bando de assassinos da PIDE, quando, na clandestinidade, vivia em Nogueira da Regedoura. De uma e de outra daremos notícia no próximo número do «Avante!».

A visita de Mitterrand a Portugal

François Mitterrand, primeiro-secretário do PS Francês e candidato presidencial da aliança das forças da esquerda que reuniu como se sabe cerca de metade dos votos dos franceses, encontra-se em Portugal por quatro dias a convite do PSP. Na recepção àquele dirigente socialista francês esteve presente Vitoriano, do CC do PCP, e no jantar que lhe foi oferecido pelo ministro Mário Soares esteve presente Álvaro Cunhal, secretário geral do PCP. Mitterrand foi acolhido com simpatia nos seus contactos com o povo português designadamente no Porto e Coimbra e decerto a mesma simpatia o vai envolver no comício do Pavilhão dos Descobrimentos, em Lisboa. Que a sua visita contribua para uma maior aproximação e unidade dos democratas portugueses são os nossos votos. O «Avante!» saúda o primeiro-secretário do PSF e deseja uma boa estadia em Portugal.



me que mesmo o fascismo mais terrível pode ser vencido se o povo estiver unido, pronto a fazer todos os sacrifícios, disposto a passar por todas as provas e a não se deixar dominar. Pergunta: Todas as suas obras, camarada Simonov,

Logo que ruíu o muro colocado entre os nossos dois povos renasceu o desejo do estabelecimento de relações estreitas, normais. Para nós, soviéticos, é com interesse que procuramos, de certo modo, descobrir Portugal, sobretudo o Portugal novo. Conheçamos, por exemplo, a literatura clássica portuguesa, mas não conhecemos o Portugal contemporâneo. O estabelecimento de relações diplomáticas entre os nossos dois países reveste-se, portanto, da maior importância. Para nós, Portugal é um país onde, ao longo de meio século, o povo disse «não!» ao fascismo. Sempre estivemos solidários com o povo português e a sua luta, com os combatentes pela democracia. Com profunda emoção acompanhámos diferentes acontecimentos ocorridos no vosso país. Lembro, entre outros, a fuga de Peniche do camarada Álvaro Cunhal e de outros camaradas. Sempre admirámos a coragem a luta clandestina dos militantes comunistas e de outros combatentes pela democracia. Por isso, durante todos estes anos, a nossa simpatia e a nossa solidariedade foram para o povo que lutava tão duramente contra o fascismo. Regozijamo-nos muito com o estabelecimento das relações diplomáticas porque elas abrem o caminho para o estabelecimento de relações económicas, culturais e científicas entre os nossos dois países. Pergunta: O camarada Constantin Simonov veio ao nos-

«Mesmo o fascismo mais terrível pode ser vencido se o povo estiver unido, pronto a fazer todos os sacrifícios, disposto a passar por todas as provas e a não se deixar dominar.»

nos dão uma imagem do homem soviético. Quais são, para si, os traços fundamentais do homem soviético dos nossos dias e da sociedade contemporânea? Resposta: Os homens soviéticos são como todos os homens. Há homens mais inteligentes, outros menos, uns melhores, outros piores. Alguns de nós, que já estiveram na União Soviética, tiveram ocasião de conhecer o nosso país e saber que é assim. O que importa destacar é o sentido em que se processou a educação do povo soviético depois da Revolução de Outubro. Os soviéticos foram educados no sentido da responsabilidade e da da união. Cada um de nós sente-se responsável pela vida do país e sente-se fortemente unido aos demais. O essencial na vida do homem soviético é o trabalho, o trabalho para a sociedade. Penso ser este o traço fundamental do homem soviético.

«Se é de armas na mão que se luta contra o fascismo, é na batalha o lugar do escritor. Combatemos de armas na mão se for preciso, dando a vida, se necessário, tal como combatemos com a palavra.»

Por isso, para nós, antifascistas soviéticos foi uma grande alegria quando subimos do triunfo do povo português contra o fascismo. Eu já sou velho, já vi e vivi muito, mas lembro-me do contentamento indescrevível da minha filha, que tem 17 anos. Até saltou! Todos os meus camaradas e conhecidos tiveram grande satisfação com o que se passou em Portugal. Os acontecimentos de Abril trouxeram-nos grande alegria, muitas esperanças. O povo soviético, assim como senti um profundo desgosto com o golpe fascista no Chile, assim exultou de alegria com o 25 de Abril em Portugal. Pergunta: Que nos pode dizer, camarada Simonov, sobre o papel do escritor nos processos revolucionários, em geral, e na luta antifascista, em particular? Resposta: Nós, soviéticos, consideramos que o escritor está ao serviço do povo, é parte integrante do povo. Por isso, se é de armas na mão que se luta contra o fascismo, o lugar do escritor é na batalha. Combatemos de armas na mão se for preciso, dando a vida, se necessário, tal como combatemos com a palavra.

Quando nos comícios em que aqui participei fui apresentado e falei, as pessoas aplaudiram-me calorosamente. De pé. Eu sabia que não era pelo facto de ser escritor e que se estivesse ali, em meu lugar, outro soviético, tê-lo-iam aplaudido com o mesmo calor. Era por ser um soviético. Eu, aqui, entre vós, sou apenas um dos muitos milhões de soviéticos, sou um representante do meu povo, que está fortemente unido nas suas decisões contra a guerra, pela paz, contra a injustiça social, contra o fascismo, pela democracia. É esta unidade de pensamento e de objectivos, é a atitude para com o trabalho, o trabalho colectivo, bem entendido, que na minha opinião constituem as qualidades essenciais do homem soviético. O principal não é ser melhor ou pior, há homens bons e há homens maus tal como na nossa literatura há livros bons e livros maus. No resto, os soviéticos são como todos os homens, em qualquer lugar no mundo.

Pergunta: O estabelecimento das relações diplomáticas de Portugal com a URSS causou profunda alegria ao povo português. Quando foi conhecida a notícia, nos comícios, em reuniões, em assembleias, os trabalhadores as massas populares saudaram entusiasticamente esse acontecimento. No vosso país, perspectivas se abrem agora para que os nossos dois povos se possam conhecer melhor. O povo português desde há muito alimenta o desejo de conhecer de perto o grande país que foi o berço do socialismo. Tendo a URSS relações com tantos países e povos do mundo como explica, Constantin Simonov, o interesse dos soviéticos nos contactos com o nosso povo, assim como toda a solidariedade que durante dezenas de anos nunca deixou de chegar até nós? Resposta: Portugal também tem relações com muitos outros países, no entanto os portugueses têm particular interesse pela URSS. É preciso ter em conta que durante dezenas de anos se viveu uma situação anormal. Entre os nossos dois povos não havia quaisquer relações. Porque? Porque alguém estava interessado nisso, porque alguém não queria isso. Para alguém, essas relações não interessavam a sua política.

«Cada um de nós sente-se responsável pela vida do país e fortemente unido aos demais. O essencial na vida do homem soviético é o trabalho para a sociedade. Penso ser este o traço fundamental do homem soviético.»

nós. Se uma criança foi morta, não importa onde, eu penso que essa criança pode ser meu filho. Se mataram uma mulher, eu penso que ela pode ser a minha mãe, a minha esposa ou a minha irmã. Os que matam gostam de matar em silêncio. A nós cabe tudo fazer para que cada crime cometido seja conhecido. O trabalho dos partidários da paz é também o de denunciar todos os crimes de guerra, não importa onde eles se cometam. Pergunta: Deseja o camarada Constantin Simonov dirigir, através do «Avante!», algumas palavras ao povo português? Resposta: Há sempre uma certa vaidade quando uma pessoa só, deseja muitas coisas. Mas há uma coisa que eu desejo muito e que, estou certo, é também desejado por qualquer cidadão soviético. Desejo que todas as vossas aspirações se tornem realidade. Desejo-vos, eu e todos os soviéticos, paz, progresso, elevação do nível de vida, possibilidades iguais de trabalho para todos. E, afinal, tudo o que simplesmente também queremos para nós. Desejamos felicidade ao povo português.

«Para nós, soviéticos, Portugal é um país onde, ao longo de meio século, o povo disse «não!» ao fascismo!»

so país como membro duma delegação do Conselho Mundial da Paz. Que represente a Paz para os soviéticos? Resposta: Para nós a paz é uma situação em que homens não matam outros homens, em que não há guerras, nem mundiais, nem «locais» (como agora se diz), nem grandes, nem pequenas. A paz é uma condição funda-

Ferreira de Castro — um grande exemplo

Foi curta, percurso entre a câmara-ardente, no Jardim-Escola João de Deus e o cemitério dos Ingleses onde repousarão por algum tempo os restos mortais do escritor Ferreira de Castro. Mas foi suficientemente expressivo no seu real significado. Um testemunho eloquente do alto apreço pela sua obra, pela sua vida coerente e digna. Intelectuais, homens políticos, trabalhadores, jovens, mulheres, vieram testemunhar, no seu comovido silêncio, os sentimentos de mágoa provocados pela perda irreparável deste grande obreiro da cultura portuguesa. «Ferreira de Castro — afirmou Francisco Miguel, membro do CC do PCP, em representação do nosso Partido na homenagem: prestada no cemitério — veio do povo e viveu sempre para o povo e esteve sempre ao lado dos que lutam pela democracia. «Com a morte de Ferreira de Castro, perde o povo português um dos seus melhores amigos e a literatura portuguesa um dos seus melhores cultores.» Usaram da palavra neste acto expressivo, junto à capela mortuária do cemitério dos Ingleses, o ministro da Comunicação Social, Raul Rego, o representante do Partido Socialista, Armando Bacelar, Jaime Lopes Dias, presidente da Assembleia Geral do Jardim-Escola João de Deus e por fim o poeta José Gomes Ferreira, presidente da Associação Portuguesa de Escritores, que afirmou: «Sempre o vi a favor dos humilhados, contra os opresso-

res, dos inocentes contra os carrascos, dos ofendidos contra os tiranos.» No Porto, logo após a sua morte, na homenagem que lhe foi prestada pelos democratas, escritores, sindicatos e homens políticos esteve presente uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Angelo Veloso do CC e José Bernardino, suplente do CC. Este último, em nome dos comunistas portugueses, vincou o valor da obra literária de Ferreira de Castro, ligado ao seu país e à vida dos trabalhadores, salientando ao mesmo tempo a sua consequente posição de antifascista: «Tudo o que de vário se fez sob o fascismo no domínio da cultura e da arte — disse José Bernardino — foi obra dos antifascistas e democratas.» Oscar Lopes falou da vida e da obra do grande escritor, apontando-o como um nobilitante exemplo. António de Macedo, do Partido Socialista, Raul de Castro e Virgínia de Moura evocaram o escritor coerente, o homem simples devotado ao povo. Ferreira de Castro foi um grande combatente. Um homem íntegro e generoso, aberto ao processo de renovação que caracteriza a época histórica que vivemos. O seu brado de revolta, o seu clamor de liberdade e de justiça foram de projecção universal porque se identificavam com os sofrimentos e aspirações do povo português, com a marcha dos povos para a sua emancipação. O «Avante!» presta a sua sentida homenagem ao grande escritor, desaparecido.

